

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA
BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Gustavo de Oliveira Rodrigues

**BALANÇO BIBLIOMÉTRICO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS
PESQUISADORES QUE TEMATIZAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE
E LAZER EM GOIÁS**

Goiânia
2018

Gustavo de Oliveira Rodrigues

**BALANÇO BIBLIOMÉTRICO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS
PESQUISADORES QUE TEMATIZAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE
E LAZER EM GOIÁS**

Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física e Dança da Universidade Federal de Goiás como requisito para a conclusão do curso de Educação Física em grau de Bacharelado. Orientador: Prof. Dr. Wilson Luiz Lino Sousa.

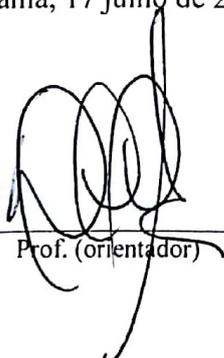
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

**BALANÇO BIBLIOMÉTRICO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS
DOS PESQUISADORES QUE TEMATIZAM AS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM GOIÁS**

Trabalho apresentado para obtenção do título de
Bacharel em Educação Física pela Universidade
Federal de Goiás, sob orientação do professor Dr.
Wilson L. L. de Sousa.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

Goiânia, 17 julho de 2018



Prof. (orientador)

Dedico esse trabalho aqueles que eu amo
minha amada Marcela, meus irmãos Gabriel e
Guilherme, minha avó Maria Luiza e meus pais.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos são para muitas pessoas que estiveram comigo durante essa jornada, não apenas da construção desta monografia, mas também de todo o percurso durante o curso. Acredito que se fosse falar pessoa por pessoa agradecendo seria muito longo e teria um grande risco de deixar pessoas de fora, logo não vou me arriscar.

Agradeço a Deus, o destino, o cosmos e o Universo, por chegar onde cheguei. É um primeiro passo importante, anterior a diversos outros que eu ainda pretendo dar. Muitos acontecimentos me acompanharam e até mesmo me atrapalharam a completar esse trabalho em alguns momentos, mas em outros, acabaram por me ajudar a concluí-lo.

Tenho muito a agradecer a minha família seja de forma direta ou indireta. Sou grato pelo fato de mesmo diante de tantos problemas, consegui chegar até aqui e eu me sentiria injusto se não agradecesse de forma específica alguns personagens nessa caminhada.

Meu irmão Guilherme, o qual me emprestou o computador particular dele, sem não seria possível concluir o trabalho, e também as palavras de incentivo que mesmo simples serviram como um impulso de ânimo.

Meu outro irmão Gabriel, mesmo estando longe me aconselhou em um momento de pressão, onde não me julgou, mas me acalmou para que pudesse dar continuidade.

Minha avó Luiza, que fez tudo que pode dentro das suas próprias possibilidades para me ajudar com esse trabalho, seja no quesito de acolhimento em um ambiente tranquilo, seja em relação a estrutura.

Agradeço aos meus pais que sempre fizeram o possível para permitir minha formação superior.

Minha maravilhosa namorada Marcela, que me ajudou a terminar o trabalho, me pressionou quando necessário, me acalentou em outros momentos, mas sobretudo sempre me amou. Acredito que ela foi crucial para conclusão deste trabalho. E agradeço também minha sogra, que foi maravilhosa, me acolhendo em sua casa por alguns dias e me dando suporte para que eu concluísse o trabalho.

Vitoria Sousa, amiga e conselheira, sempre dizia “mesmo que não dê certo, de algum jeito vai dar” e acabou que deu, agradeço muito sua amizade durante o percurso do nosso curso.

Por último e não menos importante, Wilson Lino, sou muito grato pela sua orientação, mesmo diante de vários problemas que apresentei durante a trajetória desta

monografia o senhor continuou a me orientar e pelear para que eu conseguisse entregar no prazo, sou muito grato. E de bandeja a Rede CEDES e o GEPELC, lugar onde aprendi bastante.

RESUMO

O presente estudo objetivou caracterizar a produção científica dos pesquisadores que atuam no estado de Goiás e que tematizaram ou se envolveram em alguma atividade acadêmica no recorte temporal de 2006 a 2017. A metodologia adotada foi de um estudo de caráter bibliográfico, onde os dados coletados são divididos em categorias de análise e podem gerar indicadores da produção científica, os indicadores utilizados neste trabalho são os de cunho quantitativo. As categorias de análise que esse trabalho se preocupou foram: produção bibliográfica (livros, capítulos de livros, artigos, trabalhos completos publicados em congressos, resumos publicados em anais de congressos), participação de eventos, organização de eventos, projetos de pesquisa terminados e em desenvolvimento e vínculo a grupo de pesquisa. A coleta foi feita a partir de uma consulta a plataforma e-MEC foram adquiridos os dados das Instituto de Ensino Superior (IES) ativas no estado de Goiás, em posse desses dados foi feita a busca pelos professores das IES identificadas e que tematizaram políticas públicas de esporte e lazer, o Currículo Lattes dos professores que passaram pelo filtro foram examinados para preencher as categorias de análise. Como resultado foi percebido que existiam 46 IES ativas no estado de Goiás, onde 35 eram de característica privada e apenas 11 públicas, dentro das IES identificadas apenas 31 professores tematizaram as políticas públicas de esporte e lazer no recorte temporal, e desses pesquisadores 90% estão vinculados às IES públicas (15 UFG, 7 UEG e 6 UnB). Foi percebido que o perfil acadêmico dominante dos pesquisadores é de formação inicial na Educação Física, ocorrendo apenas um caso de formação inicial na Sociologia e Direito, o perfil de títulos foi de predominância de doutores (11), seguido por pós-doutores (8), mestres (7), especialistas (4) e graduados (1). Observou-se que a atividade científica mais desempenhada foi a participação em eventos científicos (41,1%), em sequência projetos de pesquisa em andamento e concluídos (14,6%), artigos (10,8%), capítulos de livros (8,5%), trabalhos completos publicados em anais de congressos (8%), organização de eventos científicos (6,9%), vínculo a grupo de pesquisa (4%), resumos publicados em anais de congressos (4%), livros (2,1%). Os resultados apresentam uma valorização da participação em eventos nesse subcampo da Educação Física, mesmo que esse tipo de atividade científica não seja valorizado no momento de avaliação do currículo do pesquisador para participar de um programa de pós-graduação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Esporte; Lazer; Bibliometria.

ABSTRACT

The present study aimed to characterize the scientific production of researchers who work in the state of Goiás and who thematized or were involved in some academic activity in the temporal cut from 2006 to 2017. The methodology adopted was a bibliographical study, where the data collected are divided into categories of analysis and can generate indicators of scientific production, the indicators used in this work are those of a quantitative nature. The categories of analysis that this work concerned were: bibliographic production (books, chapters of books, articles, complete papers published in congresses, abstracts published in annals of congresses), participation of events, organization of events, finished research projects and development and linkage to a research group. The collection was done from a consultation e-MEC platform where the data of the Institutes of Higher Education active in the state of Goiás, in possession of this data was made the search for the professors of the HEI identified and that themed public policies of sport and leisure, curriculum Lattes of the teachers who passed through the filter were examined to fill the categories of analysis. As a result, it was noticed that there were 46 active HEIs in the State of Goiás, where 35 were private and only 11 public, within the HEIs identified only 31 teachers thematic public sports and leisure policies in the temporal cut, and 90% of these researchers are linked to public HEIs (15 UFG, 7 UEG and 6 UnB). It was noticed that the dominant academic profile of the researchers is of initial formation in Physical Education, occurring only one case of initial formation in Sociology and Law, the profile of titles was predominantly of doctors (11), followed by postdoctors (8), masters (7), specialists (4) and graduates (1). It was observed that the most performed scientific activity was participation in scientific events (41.1%), in sequence, ongoing research projects (14.6%), articles (10.8%), book chapters (8%), organization of scientific events (6.9%), linkage to research group (4%), abstracts published in annals of congresses (4%), books (2.1%). The results present an appreciation of participation in events in this subfield of Physical Education, even if this type of scientific activity is not valued at the moment of evaluation of the curriculum of the researcher to participate in a postgraduate program.

Keywords: Public policies; Sport; Leisure; Bibliometric.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - CARACTERIZAÇÃO DAS IES EM SEU CARÁTER ADMINISTRATIVO

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DAS IES COM BASE NA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PESQUISADORES EM IES PÚBLICAS E PRIVADAS

GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS PESQUISADORES EM PPEL EM GOIÁS

GRÁFICO 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS PESQUISADORES DE PPEL NAS IES PÚBLICAS

GRÁFICO 6 – ÁREA DE FORMAÇÃO INICIAL DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS

GRÁFICO 7 – TITULAÇÃO DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS

GRÁFICO 8 – PESQUISADORES VINCULADOS À REDE CEDES

GRÁFICO 9 – ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE PPEL DE GOIÁS

GRÁFICO 10 – ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE PPEL EM GOIÁS EXCETO OS VINCULADOS AOS PÓLOS DA UNB DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEDES – Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer

CI – Conceito Institucional

CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EF – Educação Física

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituto de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PP – Políticas Públicas

PPEL – Políticas Públicas de Esporte e Lazer

PPG – Programa de Pós-Graduação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PERCURSO METODOLÓGICO	14
2.1	INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS	15
2.1.1	Processo de Preenchimento das Planilhas	15
3	UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	20
3.1	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO CIENTÍFICO	25
3.1.1	Quem produz, quem fomenta e onde publicam? Uma disputa entre pesquisadores.	25
3.2	PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER (REDE CEDES)	29
4	ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DO ESTADO DE GOIÁS	34
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS IES NO ESTADO DE GOIÁS	34
4.2	DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS	36
4.3	CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	49
	APÊNDICE A	54
	APÊNDICE B	57
	APÊNDICE C	60
	APÊNDICE D	63

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentará uma discussão acerca da produção do conhecimento científico em Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), no estado de Goiás. Para tal é necessário entender alguns tópicos antes da apresentação dos resultados, o que é feito no referencial teórico, nessa parte será abordado sobre como a Universidade tem relação com a produção do conhecimento, a produção do conhecimento científico e a produção de conhecimento sobre PPEL.

A produção do conhecimento científico está diretamente ligada a Universidade, no Brasil um dos motivos é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que exige que para uma instituição de ensino superior se credencie enquanto Universidade possua como base um tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 1996). A pesquisa desenvolvida dentro da Universidade tem cunho científico, uma vez que são baseadas em métodos, tornando possível sua reprodutibilidade e verificação por outros pesquisadores.

As características citadas promovem padrões de pesquisa onde cada grande área se apropria de uma metodologia que permita alcançar respostas para os problemas identificados pelos pesquisadores.

A produção científica a todo o momento está sob análise por outros pesquisadores que buscam trabalhos de referência para usar como base teórica para produção de novos artigos. Os trabalhos podem ser considerados como referenciais de uma área de acordo com o periódico em que é publicado.

Os periódicos são classificados pela Capes em diferentes estratos, sendo que cada estrato possui uma pontuação, os pesquisadores procuram submeter seus trabalhos em periódicos de maior estrato, buscando uma maior pontuação. A pontuação serve para avaliar Programas de Pós-Graduação (PPG) e também a permanência do docente vinculado ao PPG.

Os critérios de avaliação da Capes são criticados principalmente pelos pesquisadores que fazem suas discussões sob a ótica das ciências humanas e sociais. Manoel e Carvalho (2011) fazem uma crítica aos critérios de avaliação pelo fato de que os periódicos que possuem maior pontuação segundo a Capes são de cunho das ciências naturais em detrimento das ciências humanas e

sociais. O mesmo ocorre dentro da Educação Física (EF), onde o subcampo da biodinâmica possui um maior valor, em detrimento com os subcampos sociocultural e pedagógico.

O quadro relatado, afeta o objeto de pesquisa deste trabalho, já que as PPEL se encaixam dentro das discussões socioculturais no campo da EF. Mesmo diante dessa valorização e manutenção dos critérios de avaliação pela Capes, a produção de conhecimento em PPEL dentro da EF obteve um crescimento nas suas publicações, e Sousa, Silva e Silva (2013) perceberam que em 2011 houve o momento de maior produção, tendo como base o recorte temporal do trabalho supracitado.

A proposta do presente trabalho é de responder mais do que o número dos trabalhos publicados, mas identificar também quais são as demais atividades científicas realizadas pelos pesquisadores de Goiás que tematizam as PPEL. A publicação em periódicos é uma das atividades científicas realizadas pelos pesquisadores, entretanto, outras atividades que estão relacionadas a produção de conhecimento serão mapeadas neste trabalho.

A metodologia de coleta e análise dos dados adotada será a bibliometria, de acordo com Sacardo, Silva e Sousa (2013) os indicadores bibliométricos, são úteis para avaliar a pesquisa acadêmica, servem para orientar rumos das novas pesquisas e estratégias de financiamento de pesquisas, em ainda apontam o alcance analítico para o estudo de um campo científico.

A metodologia será utilizada para o levantamento dos dados e se ater às atividades científicas desenvolvidas pelos pesquisadores, tendo como objetivo principal identificar quais são as atividades científicas mais recorrentes e buscar entender o motivo do envolvimento nas atividades.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Para conseguir coletar dados que respondam os objetivos deste trabalho foram necessárias algumas delimitações para a coleta de dados, referente às fontes de dados e informações que foram utilizadas sobre os pesquisadores (mestres e doutores). A coleta de dados teve início por meio da consulta à plataforma e-MEC (<http://emec.mec.gov.br/>) referente aos cursos de Educação Física no estado de Goiás. O filtro utilizado para a pesquisa na plataforma foi o seguinte: Consulta avançada > Curso de graduação > Curso Educação Física > Unidade Federativa (UF) - Goiás > Situação: Ativa. O resultado da consulta é disponibilizado pelo sistema em formato de planilha Excel, a planilha foi adaptada para um formato que suprisse a pesquisa e nomeada de Planilha I.

A Planilha I se tornou um elemento da coleta de dados devido nela ser possível visualizar de forma sistemática todos os cursos ativos de graduação em Educação Física. Utilizando-se disso foi possível explorar as páginas online desses cursos de graduação para listar os nomes dos docentes atuantes nas instituições. Entretanto nem todas as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem uma página na internet ou disponibilizam a informação dos docentes atuantes na instituição.

Outros meios para a tentativa de aquisição das listas dos docentes atuantes foram tentados como ligações para os coordenadores das IES, não surtindo efeito foram enviados e-mail para os coordenadores e em última instância foram enviadas cartas registradas às coordenações dos cursos com a solicitação as quais não foram respondidas até o fim do prazo das coletas de dados.

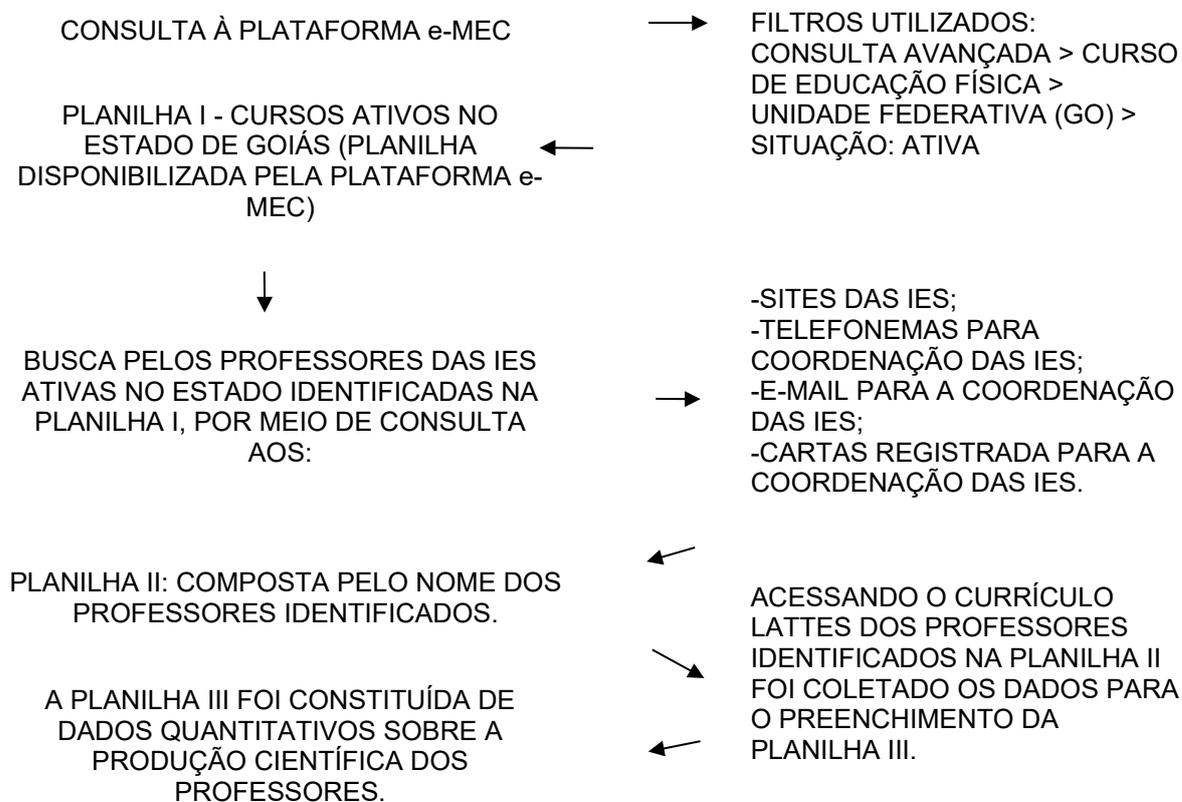
Simultaneamente ao processo de coleta de dados nas páginas das IES dos cursos de graduação, foram elaboradas planilhas com categorias de análise que seriam pertinentes para os objetivos do estudo.

Dando sequência ao percurso metodológico que foi tomado nesta pesquisa a etapa seguinte foi de preenchimento de quatro planilhas:

A Planilha I referente aos cursos de Educação Física em atividade no estado de Goiás, conforme as informações da tabela Excel elaborada pelo sistema da plataforma e-MEC.

O preenchimento da Planilha II foi efetivado com os dados levantados dos docentes atuantes nos cursos de Educação Física no estado de Goiás e que possuem atividades e ações relativas às Políticas Públicas de Esporte e Lazer no recorte temporal de 2006 a 2017, conforme pesquisa nas listas de docentes dos cursos e no Curriculum Lattes disponibilizado na página do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Já a Planilha III está relacionada ao registro da caracterização da produção científica dos docentes listados na Planilha II conforme Curriculum Lattes, as informações utilizadas neste trabalho foram as de caráter quantitativo, as categorias de análise escolhidas para as atividades científicas foram a produção bibliográfica (livros, capítulos de livros, artigos, trabalhos completos publicados em congressos, resumos publicados em anais de congressos), participação de eventos, organização de eventos, projetos de pesquisa terminados e em desenvolvimento e vínculo a grupo de pesquisa.



2.1 INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS

Foram utilizadas diretrizes como a de um manual de instruções durante o preenchimento das planilhas para que houvesse êxito na análise dos dados, já que essas atividades se complementam e são interdependentes para o produto final do trabalho. Foram utilizadas as seguintes instruções para o preenchimento das planilhas:

- a) Nenhuma coluna deve ser deixada em branco. Caso não encontre a informação preencher com NC (não consta);
- b) Não usar o recurso “marcar coluna” e pedir para “ordenar”. Isto causará efeito “cascata” nas outras colunas.
- c) Observar a grafia. Palavras-chave têm todas as iniciais das palavras em maiúsculo. Verificar a pontuação utilizada. É preciso manter exatamente igual os números dos registros dos docentes. Um caractere diferente pode influenciar nos resultados, por isso é preciso bastante cuidado no momento de “colar” ou “digitar” um campo.

2.1.1 Processo de Preenchimento das Planilhas

a) Planilha I: Dados sobre os cursos de Educação Física em atividade no estado de Goiás, conforme plataforma e-Mec: número, código da instituição no MEC, instituição, código do curso no MEC, sigla, tipo de organização acadêmica¹, categoria, município, grau de formação, modalidade, situação, responsável pelo levantamento; Dados complementares relativos à coordenação dos cursos: número, coordenador do curso, telefone, carga horária mínima, endereço, nota no ENADE, vagas autorizadas, link para a página da coordenação.

b) Planilha II: Dados sobre os docentes conforme Curriculum Lattes: Código do trabalho - refere-se ao código atribuído ao professor, foi normatizado que esse código seria dentro do seguinte padrão, iniciar pela abreviatura do estado em maiúsculo (GO), em seguida iniciar numeração com quatro dígitos a qual se refere ao código da instituição no Ministério

¹ Sobre os tipos de organizações acadêmicas consultar:
<http://emec.mec.gov.br/emec/educacao-superior/ies>

MEC, abreviatura do município do curso conforme IBGE, número do professor cuja sequência inicia-se em 001 e não se altera com a modificação da instituição; Estado/Município abreviatura do estado e município do curso; Sigla da IES – sigla da IES onde o docente atua; Pública ou privada – informar se a instituição é pública ou privada; Docente – informar o nome completo do docente, sem abreviaturas; Área de formação na graduação – área na qual o docente formou-se na graduação; Ano de formação graduação – ano no qual o docente formou-se; Titulação pós-graduação – título de pós-graduação finalizada do docente, pós-graduação em andamento não foram consideradas; Ano de conclusão - ano de conclusão da pós-graduação finalizada; IES da obtenção da titulação de pós-graduação – instituição de ensino superior na qual o docente cursou a pós-graduação finalizada; País/Estado da titulação – Sexo – sexo do docente; Endereço Lattes – endereço do docente na plataforma Lattes do CNPq.

c) Planilha III: Os dados quantitativos da produção dos professores foram os elementos que constituíram a aba nomeada Atividade Científica, as categorias de análise utilizadas, serão numeradas, a seguir:

- Aba Atividade Científica (conforme Curriculum Lattes)

i) Código do trabalho – refere-se ao código atribuído ao docente na Planilha II;

ii) Sigla da IES com curso de Educação Física que atua como docente – IES na qual o docente atua;

iii) Eventos científicos – participação – quantitativo de eventos em que o docente teve participação;

iv) Eventos científicos – organização – quantitativo de eventos em que o docente atuou como organizador;

v) Produção Bibliográfica – Artigos – quantitativo de artigos publicados (não foram considerados os artigos que somente foram aceitos para publicação, mas não foram publicados);

vi) Produção Bibliográfica – Livros publicados/organizados ou edições – quantitativo de livros publicados, organizados ou editados;

vii) Produção Bibliográfica – Capítulos de livros – quantitativo de capítulos de livros publicados;

viii) Produção Bibliográfica - Trabalhos completos publicados em anais de congressos – quantitativo de trabalhos em anais de congressos;

ix) Produção Bibliográfica – Resumos publicados em anais de congressos – quantitativo de resumos em anais de congressos; Produção Bibliográfica Total – somatória de todos os quantitativos anteriores;

x) Projetos de Pesquisa – Concluídos e em desenvolvimentos – quantitativo de projetos em que o docente participou ou participa;

xi) Vínculo a Grupo de Pesquisa – Formação de grupos de pesquisa nas instituições onde atuam (número) – quantitativo dos grupos de pesquisa em que o docente participa na instituição onde atua;

A Planilha III, teve outros dados coletados, os quais compuseram outras abas, entretanto, eram de caráter qualitativo e devido a isso não entraram nas discussões deste trabalho.

3. UNIVERSIDADE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Neste tópico será abordado a forma de organização acadêmica e administrativa das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, e ainda, o tripé base da Universidade (ensino, pesquisa e extensão) e a Universidade como um centro de produção do conhecimento acadêmico-científico.

A Lei 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seus artigos 16 e 20, complementados posteriormente por alguns decretos, segundo as autoras Mondini e Domingues (2005) são os documentos que classificam e regulamentam as IES, principalmente pelo Decreto 3.860/2001, em levantamento feito atualmente o texto de referência de atribuições semelhantes é o Decreto 9.235/17.

Segundo o Decreto 9.235/17, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino do Ministério de Educação e Cultura as Instituições de Ensino Superior serão credenciadas de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas em Faculdades, Centros Universitários, Universidades (BRASIL, 2017).

As Faculdades podem ser tanto uma unidade funcional de uma Universidade, como também uma IES independente (MONDINI, DOMINGUES; 2005). Após o Decreto 9.235/17 as faculdades que mantêm Conceito Institucional (CI) máximo nas últimas duas avaliações e que oferecem pós-graduação *stricto-sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), e que não tenham sido penalizadas em processos administrativos nos últimos dois anos poderão receber a atribuição de emitir os próprios diplomas de graduação (BRASIL, 2017).

Os Centros Universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares que abrangem uma ou mais áreas de conhecimento, sendo bastante semelhante a uma Universidade em questão de estrutura e qualidade de ensino, tendo um corpo docente qualificado, formado por mestres e doutores. Porém, mesmo tendo estrutura e corpo docente semelhante ao de uma Universidade, o Centro Universitário não possui a obrigatoriedade do

desenvolvimento de pesquisas (MONDINI, DOMINGUES; 2005).

O que credencia uma IES com o título de Universidade é a sua fundamentação em um tripé balizador: ensino, pesquisa e extensão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sustenta o mesmo no seguinte artigo: “Art.52. As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano. ” (BRASIL, 1996)

As IES classificam-se nas seguintes categorias administrativas: públicas e privadas, sendo que, as públicas são aquelas criadas (por projeto de lei de iniciativa do poder executivo e aprovado pelo poder legislativo), mantidas e administradas pelo Poder Público, classificadas em Federais, Estaduais e Municipais. As instituições privadas são mantidas e administradas por pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado, e dentro das instituições privadas, ocorrem subdivisões em privadas com fins lucrativos (particulares em sentido estrito) e instituições privadas sem fins lucrativos que são comunitárias, confessionais e filantrópicas (BRASIL, 1996; MONDINI; DOMINGUES 2005).

A constituição das IES em relação às suas características acadêmicas e administrativas foram elucidadas anteriormente usando textos da legislação, entretanto, desde a sua constituição a Universidade sofreu diversas mudanças, mesmo antes das IES se constituírem no Brasil. Um breve histórico da Universidade será feito agora com o objetivo de contextualizar a Universidade em seu momento atual.

A constituição inicial da Universidade se deu enquanto uma instituição social que expressa a organização da sociedade, sua estrutura e forma de funcionamento, como um todo dentro de si mesma, onde é possível visualizar as contradições e divisões da sociedade dentro da Universidade. A legitimidade da universidade e seu reconhecimento como uma instituição social é justificado segundo Chauí (2003, p.5) na seguinte passagem:

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. (CHAUÍ, 2003, p.5)

Principalmente após a Revolução Francesa a universidade conquistou autonomia de saber diante do Estado e da religião, se tornando assim uma instituição pública e laica (CHAUÍ, 2003). É importante enfatizar que a universidade deu seu início como uma instituição social e pública.

Chauí (2003) alerta para dois pontos importantes que não podem ser deixados de lado, o primeiro é que devido às revoluções sociais que aconteceram no século XX, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como direito dos cidadãos, sendo assim além da vocação republicana a universidade passaria a ser também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. O segundo ponto é que para o funcionamento da universidade como instituição social autônoma de cunho republicano e democrático só é possível em um Estado republicano e democrático.

A construção da Universidade foi de uma instituição social, onde as condições de organização da sociedade e do Estado eram refletidas dentro dessa instituição, sendo assim, as alterações na sociedade e no Estado geram influências sobre o funcionamento da Universidade. A reforma do Estado brasileiro influenciou e ainda influencia o funcionamento das Universidades, levando a um processo de transformação da instituição social para uma organização social.

Chauí (1999, p. 1) explica a reforma do Estado brasileiro:

A Reforma do Estado brasileiro pretende modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores, um dos quais é designado Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado, isto é, aqueles que podem ser realizados por instituições não estatais, na qualidade de prestadoras de serviços. O Estado pode prover tais, serviços, mas não os executa diretamente nem executa uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços estão incluídas a educação, a saúde, a cultura e as utilidades públicas, entendidas como “organizações sociais” prestadoras de serviços que celebram “contratos de gestão” com o Estado. (CHAUÍ, 1999, p.1)

A reforma do Estado e sua racionalização dos serviços, levando direitos sociais para o setor dos serviços não-exclusivos do Estado, influencia diretamente a Universidade, que passa a ter uma roupagem mercadológica e a produção de conhecimento e o ensino como os seus produtos que serão comercializados. Então a Universidade inicia um processo de transformação de

suas características de uma instituição social, que tem sua autonomia diante da Igreja e do Estado, seu papel social de uma formação de conhecimento crítica, para uma organização social, onde o que importa são as metas de produtividade, quanto mais produz melhor, seja na formação ou na pesquisa, quanto mais produzir, mais rápido produzir e menos gastar para produzir melhor.

As autoras Rodrigues (2011) e Chauí (2003) apresentam algumas diferenciações entre o formato de uma instituição social e de uma organização social.

Rodrigues (2011) enfatiza a inversão que a Universidade passa quando deixa de ser uma instituição social que se importa com a qualidade das suas atividades internas e se torna uma organização social administrada onde o foco é a quantidade, competência, excelência e produtividade. Não importando a finalidade, o conteúdo a forma e os sujeitos que participam da produtividade acadêmica. Enquanto instituição social a Universidade é sinônimo de ação social, sendo sua prática reconhecida e legitimada publicamente.

Chauí explica a diferença da organização e da instituição social da seguinte forma:

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social, qual seja a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meio particulares para obtenção de um objetivo particular [...]. É regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial [...]. (CHAUÍ, p. 3, 1999)

A lógica dentro processo de transformação que a Universidade vem passando de instituição para uma organização social reflete na precarização do trabalho dos docentes, uma formação superficial dos egressos dos cursos de graduação, uma valorização da produtividade acadêmica e uma mercantilização da educação e do conhecimento (BOSI 2007; CHAUÍ 2003; RODRIGUES 2011).

As transformações ocorridas no Estado, devido a reforma, levando direitos sociais como a educação para o setor dos serviços não-exclusivos do Estado podem ter influenciado também as matrículas nas IES, Bosi (2007) faz dura crítica devido a transformação da educação em mercadoria e o aumento

das matrículas em IES privadas. Dados de relatórios do MEC/INEP, que estão disponíveis de 1995 até o ano de 2016 apresentam esse crescimento das matrículas nas IES de ambas características administrativas (públicas e privadas), mas ocorre uma manutenção dos dados relativos sendo que os relatórios referente ao ano de 1994 (INEP, 1995), relatório referente ao ano de 2004 (INEP, 2005) e o relatório referente ao ano de 2016 (INEP, 2017) apresentam um padrão da distribuição relativa das matrículas entre IES públicas (aproximadamente 30% das matrículas) e privadas (aproximadamente 70% das matrículas).

A educação enquanto um produto, com vistas ao lucro para as entidades privadas, são máquinas de formação superficial. Os mesmos relatórios ainda mostram o número de IES por característica administrativa, pode ser concluído que a categoria dominante em IES no Brasil são as privadas, com aproximadamente 88% do total de IES, enquanto as públicas são aproximadamente 12%. Esses dados corroboram com o que Bosi (2007) concluía anos atrás sobre a degradação da Universidade em sua essência primária, tornando a educação superior em mercadoria.

Dessas IES privadas o maior número são Faculdades, que não possuem a obrigatoriedade da produção de pesquisas ou outras exigências que a Universidade possui, refletindo a lógica de uma organização social como Chauí (1999) e Rodrigues (2011) explicam.

As IES públicas mesmo em menor número total possuem um número maior de Universidades (INEP, 2017), o que reflete na produção de conhecimento, já que essa categoria acadêmica está balizada em um tripé: pesquisa, ensino e extensão. *Clarivate Analytics* (2018) apresenta em relatório que a maioria das pesquisas no Brasil estão vinculadas a Universidades públicas.

A reforma do Estado permitindo que a educação fosse mercantilizada abriu um viés onde a produtividade seja valorizada devido a forma de organização econômica em que em maior número as IES privadas oferecem um ensino superficial, acrítico, um ensino superior que tem como objetivo a formação de ferramentas humanas para o mercado de trabalho que após a passagem pela formação superior reproduz de forma mecânica o que foi aprendido. Os reflexos não se apresentam apenas na formação dos

graduandos, mas passa a influenciar na produção de conhecimento nas Universidades devido a forma de organização da carreira dos professores onde existem incentivos à da produtividade para subir na carreira, a disputa de editais entre os pares.

3.1 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

A pesquisa, como anteriormente explicado, é um dos pilares obrigatórios da Universidade, e o conhecimento está diretamente relacionado como produto da pesquisa. Este tópico aborda a pesquisa e a produção do conhecimento, entretanto, os caminhos que serão abordados são os das disputas por recursos vindo de instituições fomento à pesquisa (Fundações de Amparo à Pesquisa, CAPES), suas exigências/critérios que valorizam produtividade acadêmica e tais critérios geram um desequilíbrio por não levarem em consideração diferentes formas de avaliar diferentes subcampos.

O conhecimento de interesse do presente trabalho é o científico devido suas características, e valorização pelo meio acadêmico, suas características são: contingente, devido sua veracidade ou a falsidade poderem ser conhecidas através de experimento; sistemático devido, seu formato ordenado logicamente, formando um sistema de ideias; verificável, pois as hipóteses que não podem ser comprovadas não pertencem a ciência; é falível, por não ser uma verdade absoluta; e aproximadamente exato, pode mudar com o tempo, devido novas proposições ou desenvolvimento de novas técnicas (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O conhecimento é o produto intelectual, Marconi e Lakatos (2010) defendem que a pesquisa possui um método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico, que busca respostas para entender a realidade ou verdades parciais e possui um caráter formal.

Uma rápida explicação conceitual sobre conhecimento científico e pesquisa, com o objetivo de apresentar esse conteúdo enquanto alvo do tópico entraremos adiante as discussões do presente.

3.1.1 Quem produz, quem fomenta e onde publicam? Uma disputa entre pesquisadores

A pesquisa como visto no capítulo anterior está presente na Universidade, e principalmente nas IES públicas, onde editais de órgãos de fomento à pesquisa são disputados pelos pesquisadores que pleiteiam verba. Os editais possuem seus critérios para fomentar as pesquisas, a disputa pela verba é vencida pelo projeto que contempla as exigências pré-estabelecidas.

A produção do conhecimento científico pode ser feita por graduandos em projetos de iniciação científica, especialistas, mestres e doutores, além dos professores, o que modifica é que quanto mais qualificado, é esperado uma produção de maior qualidade e mais relevante.

Em um recente trabalho dentro da área da Educação Física, Corrêa et. al. (2017) onde tematizavam a produção de conhecimento da área perceberam que na maioria das publicações (60,7%), havia ao menos um autor vinculado a um Programa de Pós-Graduação. Meneghel et. al. (2007) se aproxima do que foi colocado anteriormente, quando defende que o título de doutor, confere competência para a capacidade de desenvolver pesquisas.

Franco (1997 apud MENEGHEL et. al. 2007) defende que qualificação e produção acadêmica caminham juntas, em outras palavras é necessário ser qualificado para pesquisar, outro ponto levantado pelo mesmo autor é que é necessário tempo para produzir, dependendo das atividades acadêmicas (docência, extensão e atividades administrativas) do docente o tempo de desenvolvimento de pesquisa pode ser consumido pelas demais atividades.

Correia, Alvarenga e Garcia (2014) chegaram à conclusão que as atividades administrativas dos docentes não atrapalharam sua produção, entretanto as mesmas autoras enfatizam que levaram tão somente a produção em conta, fatores físicos, psicológicos e estruturais não foram considerados, um fator apresentado por Rosa (2008), é que devido as diversas tarefas exigidas dos docentes acabam sacrificando seus momentos de lazer e descanso em prol da produção.

A produção intelectual necessita de pessoal qualificado, tempo para desenvolver pesquisa e infraestrutura adequada para dar sequência nos estudos.

Meneghel e colaboradores (2007) fazem alguns apontamentos importantes e um deles é sobre a relação da produção e os centros de

excelência em pesquisa e as IES periféricas, os primeiros citados são locais com alta concentração de pessoal qualificado (doutores), boa infraestrutura física e recursos para pesquisa, que segundo os próprios autores não são determinantes, mas são pré-requisitos para a produção científica. E as IES periféricas que estão no extremo oposto com pouco pessoal qualificado, pouca infraestrutura física e recursos para pesquisa, que acaba gerando um ambiente desfavorável para a produção de conhecimentos científicos.

O mesmo critério de avaliação usado para IES periféricas e centros de excelência faz uma injustiça com as IES periféricas, dado que é uma competição onde os centros de excelência já entram na corrida por verba com grande vantagem.

Outra questão em que se ocorre uma desvantagem é na questão das áreas de conhecimento, umas em detrimento das outras, onde as ciências biológicas saem na frente das ciências humanas na avaliação CAPES, devido os critérios de avaliação valorizarem a internacionalização e a publicação em periódicos de altos estratos e ainda possuem um critério mais objetivo e de fácil mensuração quantitativa para a questão de inserção social das pesquisas (BRASIL, 2016). Segundo Hopkins (2001), os periódicos com maior fator de impacto são aqueles que possuem maior financiamento e também existe uma prevalência dos periódicos das ciências biológicas indexados ao ISI.

Manoel e Carvalho (2011) fazem uma crítica a essa realidade, onde o quadro das grandes áreas se repete, ocorrendo uma dominância dos subcampos biológicos sobre os subcampos socioculturais e pedagógicos na área 21, onde a Educação Física se encontra, devido os critérios de avaliação não levarem em consideração as diferenças de produzir conhecimento de um subcampo para outro, assim como não consideram quando uma grande área acaba sobrepondo a outra pelas mesmas características.

A produção e publicação em alta escala e constante, tendo como ponto de vista os critérios de avaliação da CAPES, podem facilitar o acesso a recursos de fomento tanto público quanto privado, que são algumas das formas de se conseguir acesso a investimento para a pesquisa. A CAPES avalia a produção intelectual não apenas na questão de quantidade, mas de qualidade, tendo esse critério a relação com o estrato do periódico em que o artigo foi publicado, e possui uma valorização maior ainda quando esses periódicos são internacionais

e indexados ISI, que é uma forma de internacionalização das produções.

Os recursos de financiamento de pesquisa podem vir da iniciativa pública ou privada, por meio de projetos aprovados ou convênios com empresas locais ou prefeituras para consultoria ou prestação de serviços e tais recursos permitem comprar equipamentos e contratar bolsistas. A manutenção de uma produtividade é entendida como uma boa administração dos recursos, e aumenta as chances de obtenção de novos recursos (MENEGHEL et.al, 2007).

Essa forma de disputa e de avaliação valoriza uma produção que em alguns momentos servem apenas para atingir índices estabelecidos, para a manutenção tanto nos PPG, quanto nas disputas por bolsas de fomento para infraestrutura. CORREIA, ALVARENGA e GARCIA (2014), percebem essa disputa como uma concorrência entre os cientistas em função da produtividade, onde se torna mais quantitativa do que qualitativa. As mesmas autoras ainda relatam que no processo de produção científica é visto sobre duas óticas:

[...] a primeira é a da prestação de contas do docente para com a sociedade que financia a pesquisa; e a segunda é entendida como um ciclo de desenvolvimento e produção de conhecimento científico que deve resultar em publicações (formais e informais). (CORREIA; ALVARENGA; GARCIA, 2014, p.100).

O processo de divulgação dos resultados é uma contrapartida para a sociedade, no entanto, o quesito de inserção social não possui um peso grande na avaliação CAPES dos programas de pós-graduação. E logo, pesquisas que não possuem como foco a realidade local acabam sendo uma melhor estratégia, pois mais facilmente serão aceitas por periódicos internacionais, que possuem uma maior pontuação pela CAPES, Manoel e Carvalho (2011) relatam que as IES com PPG ao enfatizar o foco na internacionalização, viram as costas para a pesquisa nas subáreas sociocultural, já que as pesquisas nesse subcampo possuem maior relevância local, regional e nacional o que pode não despertar o interesse de periódicos internacionais. As considerações de Corrêa et. al. (2017) concordam nesse ponto, quando perceberam que os PPG que possuem conceito 6 e 7, possuíam menor número de publicações em revistas nacionais, o fato de um dos critérios ser a internacionalização exige que programas com conceitos mais altos publiquem em periódicos internacionais, e em contrapartida os periódicos internacionais são mais valorizados na avaliação, o que acaba mantendo esses

programas entre os mais bem avaliados.

A produção intelectual acaba sendo publicada em periódicos, e de preferência em periódicos internacionais, devido à valorização que eles possuem nos critérios de avaliação dos PPGs. Como foi percebido nas discussões anteriores existe uma complexa corrida por pontos tanto para os docentes, quanto para os PPG, com o objetivo de alcançar conceitos mais altos e assim, conseguir obter mais recursos para suas instituições.

Elenor Kunz (2012), em uma crítica mais dura ao atual contexto dos PPGs de Educação Física, resume em quatro pontos o atual quadro:

1. O pesquisador/orientador desses programas precisa se lançar de forma desenfreada na busca de pontos na Capes para o seu currículo a fim de atingir o patamar mínimo e continuar na pesquisa e na orientação de mestres e doutores;
2. O alcance desses pontos é favorecido nas áreas biológicas, ou seja, a subárea biodinâmica como visto acima;
3. Orientadores passam a ser “Gerenciadores de artigos” eles próprios pouco ou nada produzem, mas conseguem “gerenciar” as produções de seus orientandos de tal forma que consigam boas publicações e os tão almejados pontos na Capes;
4. A relevância social das pesquisas para a realidade da Educação Física brasileira não interessa mais, ao ponto de muitos pesquisadores brasileiros hierarquizados como “pesquisadores internacionais”, serem na maioria das vezes, totalmente desconhecidos da maioria dos profissionais da Educação Física, ou melhor, por aqueles que deveriam ser os principais beneficiados de suas pesquisas. (KUNZ, 2012, p. 3)

O uso de uma mesma avaliação para diferentes áreas e formas de produzir conhecimento é uma reflexão que necessita de continuidade, já que existe um favorecimento de certas áreas em detrimento de outras, e diversos autores criticam tal forma de avaliação, dentre eles Manoel e Carvalho (2011) e Kunz (2012) criticam o uso da mesma avaliação para diferentes áreas, enquanto alguns pontos favorecem as ciências biológicas, Meneghel et. al. (2007) devido os mesmos critérios para IES de diferentes infraestruturas, fazendo assim, segundo os autores, que as IES emergentes percam sua característica de estudar questões locais, para conseguirem fundamentalmente cumprir as exigências dadas pelas agências financiadoras.

3.2 PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

A produção intelectual das subáreas que definem suas áreas pelas ciências humanas e sociais, acabam sendo desvalorizadas devido serem submetidas aos mesmos critérios de avaliação que a produção orientada pelas ciências naturais. O mesmo acontece dentro da Área 21, onde a Educação Física (EF) está alocada pelos critérios da CAPES. Este tópico pretende localizar as Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL), fazer um breve histórico da REDE CEDES e qual o papel da mesma na produção científica sobre PPEL.

As Políticas Públicas (PP) se constituem enquanto uma subárea de pesquisa e que possui características interdisciplinares (MELO, 1999 apud AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014). A CAPES faz a divisão de 49 áreas em dois outros níveis superiores, que são Colégios e Grandes Áreas. A EF, é uma área e está localizada dentro do Colégio de Ciências da Vida e da grande área Ciências da Saúde. Manoel e Carvalho (2011) em análise das áreas de pós-graduação identificaram três subáreas dentro da EF: biodinâmica, sociocultural e pedagógica, sendo que, segundo o mesmo autor e autora, as duas últimas “definem suas linhas de investigação orientadas pelas ciências humanas e sociais.”.

As discussões referentes a PPEL são largamente abordadas dentro da EF (SOUSA; SILVA; SILVA, 2013; AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014), constataram um protagonismo da EF tanto em grupos de pesquisa que tematizam as PPEL, quanto em contribuições da produção científica, entretanto, devido sua característica de interdisciplinaridade outras áreas como a educação, administração e a sociologia também possuem grupos de pesquisa que tematizam as PPEL (AMARAL; RIBEIRO; SILVA, 2014).

As discussões feitas sobre PPEL, dentro da EF, possuem suas bases teóricas de discussão, principalmente dentro das ciências humanas e sociais, o que as fazem associadas as subáreas sociocultural e pedagógica da EF. Tal pertencimento faz com que a produção intelectual das PPEL, sofra a mesma desvantagem na avaliação que as demais subáreas fundamentadas nas ciências humanas e sociais sofrem, Manoel e Carvalho (2011), salientam que

esse fenômeno de valorização das ciências naturais, também é uma realidade na América do Norte.

De acordo com Amaral, Ribeiro e Silva (2014), o desenvolvimento de pesquisas em PPEL no Brasil possui um histórico recente, os autores citam Linhares e Pereira Filho (1999), dando destaque para dois livros, Política de Esporte no Brasil, publicado em 1986, de autoria de Eduardo Dias Manhães e a coletânea Políticas Públicas Setoriais de Lazer, organizada pelo professor Nelson Carvalho Marcellino (1996).

O trabalho de Amaral e Pereira (2009), fortalece o já dito recente histórico da produção científica desse tema, em análise da produção científica sobre PPEL identificam que na década de 90 poucos eram os trabalhos que possuíam características de pesquisa, segundo as autoras:

[...] alguns artigos não eram frutos de pesquisas, pois não apresentavam objetivação clara no trato com o tema estudado, não era possível delimitar o objeto de estudo tratado, teoria (s) de base e, sobretudo, dados do campo empírico. (AMARAL; PEREIRA, 2009, p. 51).

Diversos fatores podem ter levado ao aumento da produção de conhecimento científico nessa disciplina, Amaral, Ribeiro e Silva apresentam como fatores da ampliação da produção intelectual nessa linha, “a contemplação do esporte e do lazer como direito, a necessidade de assessoramento no planejamento no setor público, a criação de linhas específicas de fomento para o tema, a criação do Ministério do Esporte e da Rede Cedes.” (2014, p. 29).

Sousa, Silva e Silva (2013), relatam que a produção intelectual obteve um avanço que foi acompanhado pela consolidação de grupos de pesquisa existentes, e a criação de novos grupos que tematizavam essa subárea, além da expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação Física. Enfatizam que o desenvolvimento dos grupos de pesquisa e das pesquisas não relacionadas ao esporte de alto rendimento, obtiveram recursos de uma ação do Ministério do Esporte, a partir de 2004, Rede Centro de Desenvolvimento de Estudos do Esporte e do Lazer – Rede CEDES.

O site do Ministério do Esporte intitula a Rede CEDES – Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer – como uma ação

programática do Ministério do Esporte. A Rede CEDES incentiva a produção de conhecimento, voltado para a avaliação e o aperfeiçoamento das políticas públicas de esporte e lazer, por meio de fomento a grupos de pesquisas consolidados ou em processo de consolidação, que possuam uma ótica originária das ciências humanas e sociais (BRASIL, 2013).

Tavares ainda retrata a Rede CEDES da seguinte maneira:

A Rede CEDES (RC) é uma ação programática que foi elaborada pelo Ministério do Esporte (ME), no ano de 2003, com o intuito de incentivar o campo de pesquisas sobre Esporte e o Lazer, por intermédio de apoios financeiros para Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas. (TAVARES, 2015, p.33)

A Rede Cedes conta com quatro momentos distintos segundo Starepravo (2014) e o próprio site da Rede CEDES² defende o mesmo histórico. As quatro fases são divididas em: início da Rede onde foram feitas parcerias com grupos de pesquisa de Educação Física com as Universidades públicas brasileiras, onde as pesquisas na maioria das vezes eram induzidas, sob demanda do ministério; segundo momento foi marcado pela abertura de convênios com universidades privadas sem fins lucrativos que pesquisassem as políticas de esporte e lazer; o terceiro momento inicia-se os processos de editais públicos, onde os grupos e pesquisas passariam a ser selecionados; quarto momento evidenciasse uma ampliação do fomento à pesquisa de PPEL e pelo investimento na gestão do conhecimento, sua sistematização e socialização ampla, buscando contribuir com as demais ações do Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC.

Tavares (2015) aponta a importância da Rede CEDES na promoção de pesquisas e da possibilidade de representatividade da sociedade civil por meio da produção científica dos pesquisadores financiados por essa ação ministerial, no seguinte trecho:

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisas tiveram maior subsídio para ampliar substancialmente o volume e a qualidade de estudos

² Site da Rede CEDES, onde é descrito as quatro fases vividas pela mesma, segundo o Ministério do Esporte.

relacionados com essas temáticas, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as IES, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre Esporte e Lazer. Neste sentido, as ações realizadas pela RC possibilitaram, mesmo que de forma indireta, que a sociedade civil, representada pelos pesquisadores, pudesse participar, avaliar e sugerir mudanças nas Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. (TAVARES, 2015, p.33).

Podemos confirmar um pensamento semelhante Ferrari e Pires (2013), do papel da Rede CEDES, pelo seguinte trecho:

A Rede CEDES forma um canal de diálogo crítico entre o poder público e a sociedade, aumentando o valor da dimensão simbólica inerente às políticas públicas, que na nossa compreensão, devem ser pensadas e colocadas em prática a partir das complexas necessidades que partem da sociedade para o governo, e não o inverso.(FERRARI; PIRES, 2013, p. 292).

A Rede CEDES enquanto uma mediadora da sociedade para com o governo, e uma representante indireta da sociedade por meio dos pesquisadores, necessita de converter os recursos vindos do governo em produtos que causem impactos positivos na sociedade.

Em relação aos impactos sociais das pesquisas financiadas pela Rede CEDES, Andrade e Schwartz (2015), apontam que apesar de não existir um dado claro do número de pessoas beneficiadas pelas pesquisas, é possível considerar que um número mínimo de pessoas foi contemplado. Teodoro e Gaspar (2015) relataram sobre os impactos científicos das pesquisas realizadas com financiamento da Rede Cedes, no edital de 2009, evidenciam a importância da mesma para o incentivo das pesquisas na área de Esporte Recreativo e Lazer.

Ambos os trabalhos deixam claro a necessidade de os pesquisadores e principalmente os coordenadores dos grupos de pesquisa contemplados pelos editais de fomento da Rede CEDES levarem mais a sério o preenchimento de relatórios, sendo que partindo de recursos públicos, existe uma contrapartida de prestação de contas dos resultados e produtos dessas ações efetuadas, em dados concretos que sirvam tanto para a manutenção de financiamento para essas linhas de pesquisa, divulgação e democratização do conhecimento,

quanto para o planejamento de novas ações partindo do conhecimento já desenvolvido anteriormente.

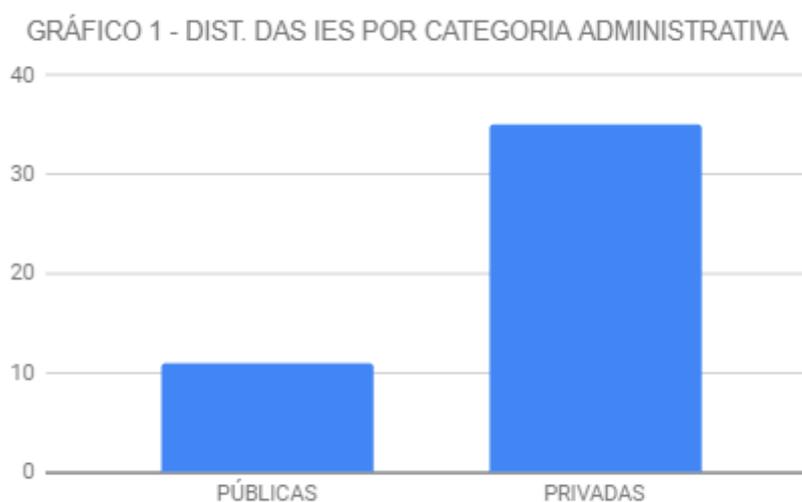
A criação e desenvolvimento da Rede CEDES é percebida como uma importante iniciativa para a produção e divulgação de conhecimento sobre PPEL, sendo que, após sua criação houve um aumento substancial no número de grupos que tematizam Esporte Recreativo e Lazer e na produção e divulgação do conhecimento produzido, devido esses fatores serem objetivos da Rede CEDES.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER EM GOIÁS

Esse tópico pretende apresentar e discutir os dados encontrados na pesquisa realizada, tendo como objetivo a caracterização das atividades científicas realizadas pelos pesquisadores de PPEL em Goiás, sobretudo as formas de divulgação científica desses pesquisadores. Para que os dados sejam contextualizados é necessária uma breve apresentação de alguns outros dados encontrados na coleta que não serão o foco das discussões, mas que possuem suma importância para o entendimento das mesmas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS IES NO ESTADO DE GOIÁS

No momento da coleta de dados existiam 46 IES ativas no estado de Goiás, divididas em 35 de caráter administrativo privado e 11 públicas, como apresentado no gráfico 1.

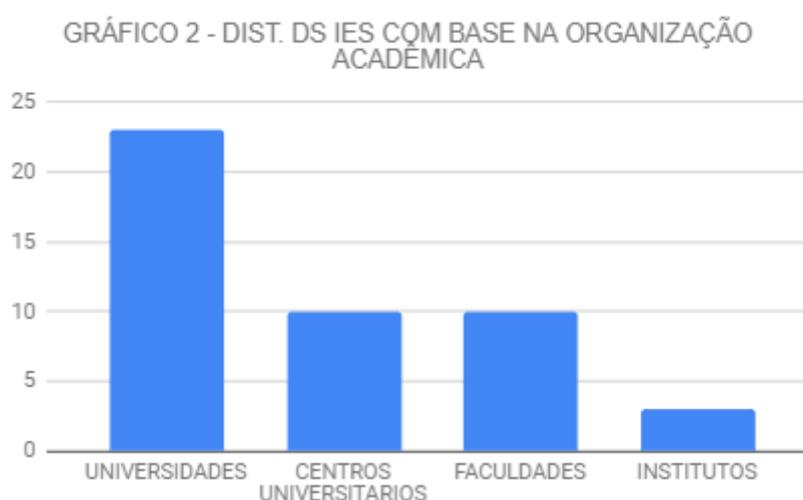


Fonte: elaboração própria.

Como explicado no capítulo anterior, cada forma de organização acadêmica possui exigências estruturais e organizacionais específicas para se caracterizarem e se credenciarem diante do MEC, independente da forma de

organização pleiteada. O gráfico 2 apresenta um maior número total de Universidades com o curso de Educação Física ativo no estado de Goiás, quando comparado aos demais tipos de organização acadêmica.

A diferenciação em número de IES na sua forma administrativa é importante para entender a relevância das IES públicas na pesquisa e produção de conhecimento em PPEL no estado de Goiás. E em relação à organização acadêmica, das IES pesquisadas 23 são Universidades, 10 Centros Universitários, 10 Faculdades e 3 Institutos (gráfico 2).



Fonte: elaboração própria.

Independente da sua característica administrativa, a Universidade tem como obrigação o desenvolvimento de pesquisa, diferente das demais organizações acadêmicas, já que este é um dos elementos do tripé balizador que a credencia como tal. Entretanto, em relatório desenvolvido pela *Clarivate Analytics* (2018) relata que a produção científica de relevância no Brasil está associada principalmente às Universidades públicas.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS

A distribuição dos pesquisadores de PPEL nas IES públicas e privadas corrobora com o relatório já citado em relação a produção de conhecimento,

nesse subcampo da Educação Física, a maioria dos pesquisadores estão vinculados às IES públicas (GRÁFICO 3).



Fonte: Elaboração própria.

O número de pesquisadores de PPEL é consideravelmente pequeno diante da quantidade de IES existentes no estado e que possuem o curso de Educação Física ativo. Apenas 31 docentes tematizam esse subcampo em suas pesquisas, isso levando em consideração os docentes vinculados à UNB e que lecionam no estado de Goiás nos polos de ensino a distância dessa instituição, quando esses são desconsiderados o número é ainda menor, como apresentado no gráfico 4.

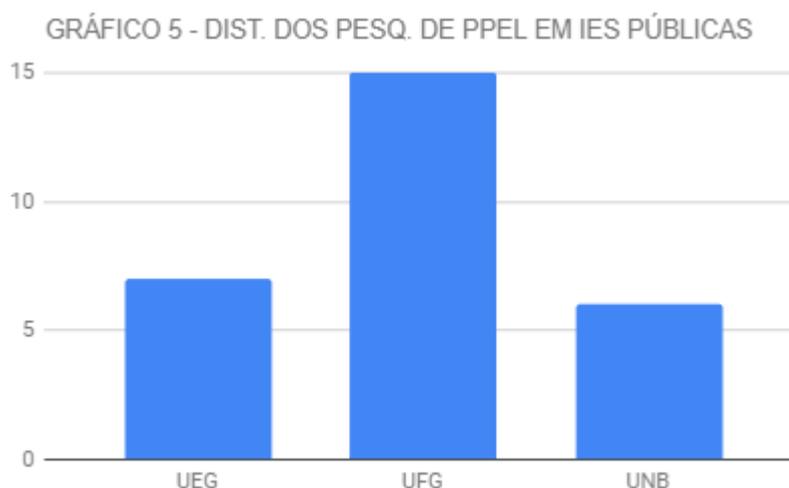


Fonte: elaboração própria.

O número de docentes pesquisadores de PPEL em Goiás é de 25

pesquisadores, sendo que os pesquisadores vinculados à UNB foram considerados devido os polos de ensino da UNB no interior do estado.

A maior densidade dos pesquisadores desse subcampo foi encontrada nas IES públicas, como apontado no gráfico 3. A distribuição desses pesquisadores nas três IES públicas consideradas, UFG, UEG e UNB é a que o gráfico 5 demonstra.



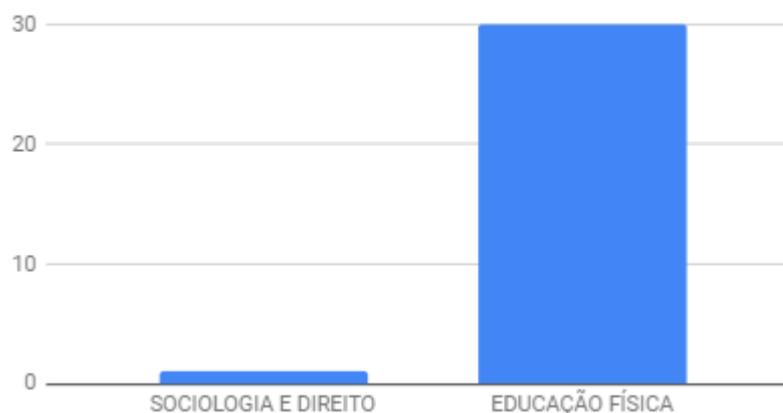
Fonte: elaboração própria.

A distribuição dos pesquisadores em PPEL apresenta uma concentração total maior nas IES públicas. A concentração dos pesquisadores se dá em apenas 7 IES diferentes, no estado de Goiás, onde dessas apenas 3 são privadas, e as demais são polos das 3 IES públicas.

Além de onde os pesquisadores estão alocados ou vinculados é importante uma caracterização um pouco mais profunda para entender as atividades científicas desenvolvidas. O objetivo aqui não é o de fazer uma biografia dos pesquisadores, mas uma caracterização geral sobre a formação inicial e continuada, além do levantamento se são ou não vinculados a Rede Cedes.

A área de formação inicial desses pesquisadores é hegemônica na Educação Física ocorrendo apenas um caso da Sociologia e Direito como formação inicial. A produção de conhecimento em PPEL no estado de Goiás é predominante desenvolvida por pesquisadores que tiveram o “berço científico” na Educação Física como o gráfico 6 apresenta.

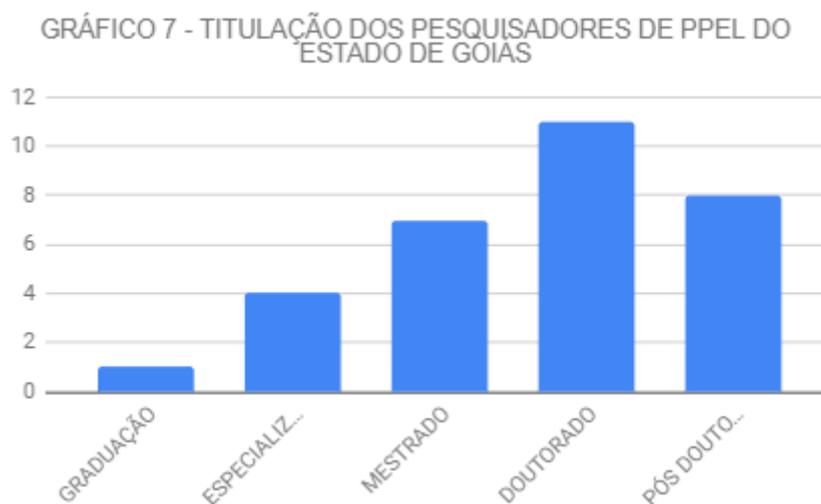
GRÁFICO 6 - ÁREA DE FORMAÇÃO INICIAL DO PESQ. DE PPEL DO ESTADO DE GOIÁS



Fonte: elaboração própria.

Ocorre um protagonismo do Campo da Educação Física quanto a discussão dessa temática. Sousa, Silva e Silva (2013), em um trabalho sobre o 'estado da arte' da produção deste subcampo, concluíram que dentro do recorte temporal por eles utilizados ocorria uma predominância da Educação Física quanto a produção acadêmica científica e que estava diretamente relacionado a consolidação dos grupos de pesquisa e esses grupos a existência da Rede CEDES.

Existe uma estreita relação entre a titulação e a produção de conhecimento. Segundo Kokubun (2003), um dos papéis da pós-graduação em Educação Física é o de qualificar recursos humanos capazes de produzir conhecimentos científicos relevantes e inovadores para a área, tendo isso como base podemos concluir que quanto maior o título do indivíduo, maior é sua produção bibliográfica, e também pelo fato de que docentes vinculados a programas de pós-graduação necessitam de alcançar uma pontuação estabelecida pela CAPES para se manterem como professores nesses programas. O gráfico 7 apresenta a titulação dos docentes pesquisadores de PPEL no estado de Goiás.



Fonte: elaboração própria.

Segundo os dados do censo 2016 do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (2016), do total de pesquisadores de todas as áreas no Brasil, o equivalente a 68% deles são doutores, no estado de Goiás o percentual de pesquisadores doutores é de 67,3% . Pode ser inferido que os dados apresentados no gráfico 7 corroboram com esses dados do censo, de acordo com os dados levantados sobre os pesquisadores de PPEL no estado de Goiás, cerca 35,4% são doutores, é o título mais recorrente.

O gráfico 8 apresenta a associação dos pesquisadores de PPEL junto a Rede CEDES. A relação dos pesquisadores de PPEL junto a Rede CEDES, mesmo sendo em minoria, possivelmente ocorre devido os objetivos dessa ação programática do Ministério do Esporte, sendo que os objetivos são: produzir pesquisas, visando maximizar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico nas áreas da gestão do esporte recreativo e do lazer e difundir os resultados dos estudos e pesquisas realizados pela Rede CEDES. (BRASIL, 2014).



Fonte: elaboração própria.

A proporção de participação da Rede CEDES dos pesquisadores vinculados à UNB é maior que os vinculados à IES goianas, respectivamente, são 5 professores dos 6 de Brasília fazem parte da Rede, enquanto que dos 25 pesquisadores de IES de origem goiana, apenas 7 participam da Rede, mesmo que em números totais sejam maiores, em números relativos ocorre uma grande diferença. Os dados foram coletados de acordo com os currículos Lattes de cada um dos professores, levando em consideração as atividades científicas e a autodeclaração como participante da Rede.

Sousa et.al. (2018) em um levantamento perceberam que os dados dos pesquisadores do estado de Goiás que abordam PPEL e são vinculados a Rede CEDES é de 61% para participantes e 39% para não participantes da Rede. Os autores não declararam a forma de coleta de dados, existem grandes chances de que a coleta de dados tenha acontecido por outro meio.

A discrepância percebida entre os dados deste trabalho e o de Sousa et. al (2018) podem ser a repetição de um comportamento que Ferrari e Pires (2013) perceberam acontecer em relação ao RIRC – Repositório Institucional da Rede CEDES – devido a não obrigatoriedade nos editais de fomento a submissão ao RIRC foi percebido uma desvalorização da plataforma pelos membros da Rede de forma que a minoria fazia a submissão de seus trabalhos no Repositório. O mesmo comportamento pode se repetir no Currículo Lattes, já que não existe uma obrigatoriedade e/ou punição para os membros da Rede CEDES que não fazem uma declaração explícita em seu Currículo.

Admitindo que cada curso de graduação necessite de 20 professores, existindo 46 cursos ativos, o número de docentes/pesquisadores de PPEL não chega a 5% do número total em Goiás. Manoel e Carvalho (2011) em análise dos cursos de pós-graduação perceberam um abismo entre a quantidade de Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* na subárea de pesquisa da biodinâmica em detrimento das subáreas sociocultural e pedagógica. Além disso, atualmente, os PPG avaliados e recomendados de acordo com a Plataforma Sucupira/CAPES³, em Brasília são Atividade Física, Saúde e Desempenho Humano (UCB) e Atividade Física e Esporte, e em Goiás não existe nenhum PPG *stricto sensu* na lista de programas avaliados e recomendados pela CAPES.

O número maior de PPG faz com que mais pesquisadores se formem em linhas de pesquisa biológicas em detrimento das socioculturais e pedagógicas, e após a formação do egresso possivelmente desenvolverá novas pesquisas no subcampo em que iniciou suas pesquisas. Manoel e Carvalho (2011) defendem que ocorre uma atração para o subcampo da biodinâmica e que os critérios de avaliação dos PPG incentivam a internacionalização das publicações, as subáreas socioculturais e pedagógicas perdem campo devido em maioria das vezes os estudos têm impactos sociais locais, regionais ou nacionais, e podem não ser do interesse dos periódicos internacionais.

A produção do conhecimento científico dentro das PPEL tem uma grande contribuição da Educação Física, onde a maioria dos pesquisadores tiveram seu início no meio acadêmico do curso. A maioria dos pesquisadores do estado de Goiás são doutores, concordando com os dados do censo 2016 da CNPq, e destes alguns vínculos com a Rede Cedes, possivelmente devido ao seu caráter fomentador de pesquisas nesse subcampo.

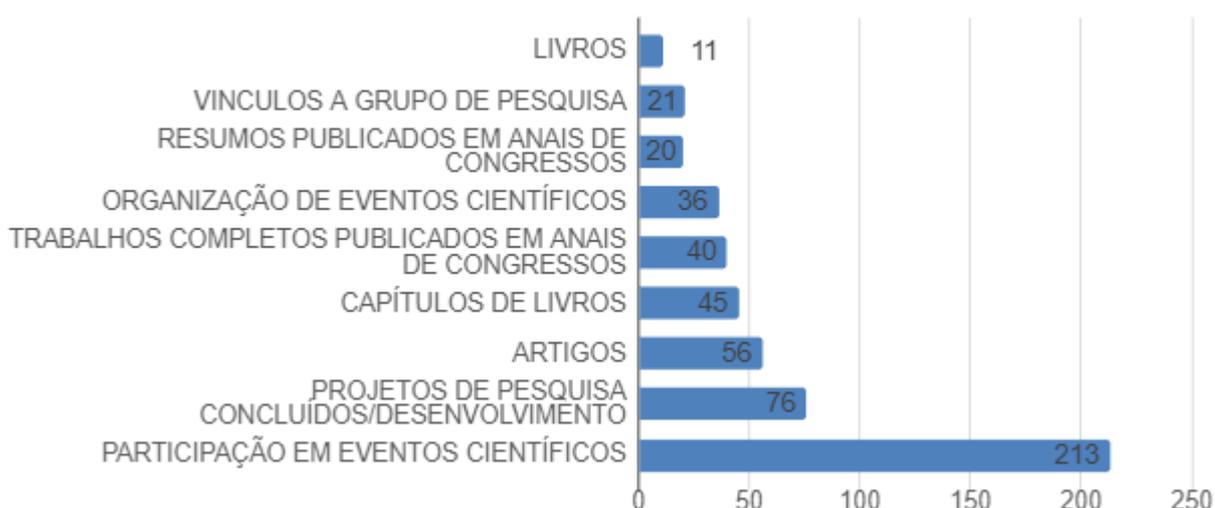
A caracterização das IES e dos docentes pesquisadores teve como propósito uma abertura para o entendimento do próximo tópico que é o objetivo principal deste trabalho.

³ Os dados foram retirados do site Plataforma Sucupira. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=21&areaConhecimento=40900002>>. Acessado em: 04 jun. 2018.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS

As atividades científicas consideradas neste trabalho foram todas aquelas que influenciam na produção de conhecimento científico, elas são: participação e organização de eventos científicos, produção bibliográfica de artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos publicados em anais de congressos, resumos publicados em anais de congressos, projetos de pesquisa concluídos e em desenvolvimento e vínculo a grupo de pesquisa. No gráfico 9 será apresentado esses dados e posteriormente discutidos.

GRÁFICO 9 - ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQUISADORES DE PPEL NO ESTADO DE GOIÁS



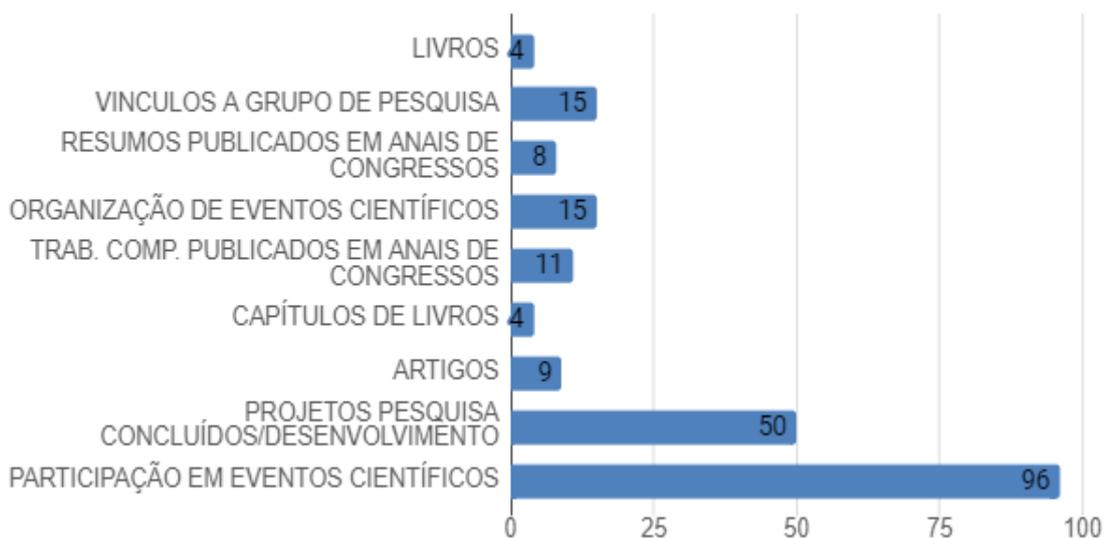
Fonte: elaboração própria.

Os dados coletados demonstram que a atividade científica mais recorrente entre os pesquisadores de PPEL no estado de Goiás é a participação em eventos científicos, totalizando aproximadamente 41% das atividades científicas, considerando os docentes pesquisadores vinculados ao polo da UNB no interior do estado. Em seguida temos os projetos de pesquisa concluídos e em desenvolvimento, que equivale em torno de 14%, e artigos, que correspondem a algo próximo de 10% das atividades científicas. As demais atividades científicas não alcançam sozinhas 10% e somadas totalizam aproximadamente 35% das atividades. Percebemos que ocorre uma valorização por parte dos pesquisadores de PPEL da participação em eventos científicos, sendo a atividade mais recorrente nesse subcampo da Educação Física, os

artigos ficam em terceiro lugar quanto atividade científica.

Ao ser feita a análise dos dados retirando os pesquisadores vinculados à UNB, ocorre uma mudança nos números totais de todas as atividades científicas levantadas. Porém, a participação em eventos científicos permanece como a atividade mais recorrente entre os pesquisadores, seguidas pelos projetos de pesquisa concluídos e em desenvolvimento, assim como o gráfico 10 apresenta.

GRÁFICO 10 - ATIVIDADES CIENTÍFICAS DOS PESQ. DE PPEL EM GOIÁS EXCETO OS VINCULADOS A UNB



Fonte: elaboração própria.

Ocorre uma alteração perceptível nos dados quando desconsiderados os docentes/pesquisadores vinculados à UNB. Ainda assim, as atividades científicas mais recorrentes permanecem sendo a participação em eventos e os projetos de pesquisa, que equivalem aproximadamente, 43% e 23% respectivamente.

O fato de que a maioria dos pesquisadores de Brasília, vinculados ao polo da UNB no interior do estado estão vinculados a Rede, pode ser um fator determinante na queda da produção bibliográfica.

A difusão do conhecimento produzido é um dos princípios norteadores da Rede CEDES, uma das formas de divulgação são os eventos científicos e são financiados aqueles que possuam afinidade com os temas priorizados pela Rede e que estejam de acordo com os critérios preestabelecidos (BRASIL, 2014).

Teodoro e Gaspar (2015), relatam no seguinte trecho sobre a valorização

dada às publicações de artigos no meio acadêmico:

Na atualidade, o impacto científico, principalmente relacionado com as publicações de artigos, vem sendo amplamente valorizado no mundo acadêmico, tendo em vista as inúmeras exigências por parte das instituições de fomento a pesquisas, ou órgãos que regulamentam os cursos de pós-graduação no Brasil. (TEODORO, GASPAR, 2015, p.70)

A associação dos pesquisadores de PPEL à Rede Cedes e as diretrizes norteadoras dessa ação podem ser os catalisadores pela quantidade expressiva de participação em eventos, mesmo que a Capes não possua uma Qualis para essa forma de socialização da produção científica, fica claro que a valorização ocorre dentro do subcampo de PPEL. Gomes e Melo (2003) concordam que para possibilitar a construção, socialização e o registro de conhecimentos, em lazer, alguns dos caminhos podem ser a constituição de grupos de pesquisa, a participação em eventos e o investimento em políticas editoriais sobre o lazer.

A valorização da participação em eventos científicos vai de contramão com as atividades científicas que são valorizadas, já que a mesma não possui uma avaliação de Qualis/Capes ou que valorize diretamente os programas de pós-graduação em que esses pesquisadores estão envolvidos. Ferrari e Pires (2013, p. 293) em crítica ao modelo de avaliação dos programas de pós-graduação, dizem o seguinte: “No campo acadêmico brasileiro publicar os resultados de pesquisas, sobretudo, em periódicos é uma questão de sobrevivência, especialmente dos profissionais que atuam em programas de pós-graduação.”

Segundo os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, a produção intelectual é avaliada pela quantidade e qualidade dos livros e periódicos que os trabalhos científicos foram submetidos, quanto maior a proporção quantidade e qualidade desses veículos, maiores as possibilidades desses programas possuírem um conceito mais alto (BRASIL, 2016).

A produção bibliográfica (livros, capítulos de livros, artigos, resumos e trabalhos completos publicados em anais de congressos) sofre uma queda abrupta quando considerado apenas os professores vinculados a IES de origem goiana. Analisando de forma mais minuciosa o currículo desses pesquisadores, é percebido que todos aqueles vinculados à UNB são doutores e pós doutores,

enquanto que os pesquisadores vinculados às IES de origem goiana possuem uma variação de títulos, ocorrendo pesquisadores com graduação até pós-doutorado.

A participação enquanto docente de programas de pós-graduação exige uma produção mínima para se manter no programa e também o mesmo princípio já citado anteriormente da relação de publicações em periódico de estratos altos contribuem para um conceito elevado do programa, possivelmente os professores vinculados à UNB participam como docentes desses programas.

Ao se fazer uma análise dos currículos por um outro ângulo, nesse caso das linhas de pesquisa, é evidente a heterogeneidade das linhas de pesquisa seguidas por um mesmo pesquisador, das IES goianas, em subáreas diferentes. Para ilustrar será utilizado um exemplo que está presente nos dados do apêndice A. O mesmo pesquisador que tem como linha de pesquisa as PPEL, declara como linha de pesquisa o processo de envelhecimento, fisiologia do exercício, cardiopatas, epilepsia, ansiedade, exercício e qualidade de vida.

O número de pesquisadores de IES goianas, que possuem em seu currículo atividades científicas que tematizam PPEL, pode ser pela participação em algum evento, já que nenhuma das atividades científicas acompanha o número grandioso de participações em eventos, e não a sua linha de pesquisa alvo dado a heterogeneidade.

Os professores/pesquisadores vinculados à UNB levantados nos dados possuem linhas de pesquisa mais homogêneas, de todos apenas um foge do escopo das PPEL em seu currículo quando comparados com os vinculados às IES goianas. Essa homogeneidade é um outro fator que leva a diferença da produção bibliográfica quando comparado os dados dos gráficos 9 e 10.

Dada as fases declaradas da Rede CEDES, pelo Ministério do Esporte, no seu primeiro momento os grupos de pesquisa que tematizavam PPEL foram privilegiados, devido os poucos recursos daquele momento, e por estarem abertos às pesquisas induzidas, de acordo com Starepravo et.al. (2014). Os mesmos autores afirmam que a Rede CEDES mobiliza diversos grupos de pesquisa no intuito da produção do conhecimento e sua disseminação por diversos veículos.

A quantidade de pesquisadores vinculados aos grupos de pesquisa pode ser influenciada por esse momento inicial da Rede, dado que o número de

pesquisadores vinculados à Rede ser próximo ao número de grupos de pesquisa, lembrando que alguns pesquisadores participam de mais de um grupo.

A baixa produção bibliográfica em formato de artigos, livros e capítulos de livros pode estar relacionado a um panorama histórico, de acordo com resultados de pesquisa de Kawaguti (2010), as pesquisas financiadas que tem como foco esporte recreativo e lazer estão concentradas nas regiões Sul e Sudeste. A mesma autora ainda demonstra que a região centro-oeste fica atrás apenas da região norte quanto a convênios firmados, e salienta que apenas no ano de 2005 que houve o primeiro convênio com a região centro-oeste, com a Universidade de Brasília.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns pontos devem ser ressaltados nesse momento, o primeiro deles é o fato de que a maioria dos pesquisadores desse subcampo está dentro das Universidades públicas e é um fato recorrente mesmo nas demais áreas.

O desenvolvimento produto intelectual está dentro das Universidades pelo fato de ser uma de suas obrigações, e enquanto uma instituição social busca resolver problemas percebidos no meio da sociedade. A democratização do acesso à informação é um meio de fazer com que se atenda a essa demanda, e para que a informação obtenha uma democratização é imprescindível que ocorra uma boa gestão das informações como Schartz et. al. (2014) defendem:

[...] a qualidade na gestão das informações pode intervir na configuração de novas pesquisas acadêmicas e contribuir para o aprimoramento e a qualidade da formulação dos estudos, assim como, a adequada elaboração de pesquisas pode ter repercussões representativas na formulação de novas ações em Políticas Públicas. (SCHWARTZ et. al, p. 87, 2014)

Ferrari e Pires (2013) concordam que é necessário que os conhecimentos sistematizados da área de esporte e lazer estejam organizados e disponíveis, para contribuir com as demandas das políticas públicas.

A Rede Cedes, uma já citada ação programática do Ministério do Esporte, tem um papel muito importante para além da produção de conhecimento, mas também como objetivo da democratização de acesso aos produtos intelectuais fomentados pela Rede.

O fomento para o desenvolvimento, difusão e democratização de conhecimento sobre PPEL, por meio da Rede é percebido pela valorização da socialização de conhecimentos em eventos científicos e também pela grande diferença de produção quando feito análise sem os professores vinculados à UNB, já que na região centro-oeste o primeiro convênio ocorreu com essa IES.

O subcampo PPEL apresenta uma valorização dos eventos científicos diante das demais atividades científicas, aparenta ser um caminho contrário ao que é valorizado pelas instituições de fomento de pesquisa e avaliação de programas de pós-graduação, já que esses órgãos valorizam a publicação em

formato de artigos em periódicos de alto estrato, esse fato faz com que pesquisas do subcampo biodinâmico da Educação Física se destaque diante dos subcampos socioculturais e pedagógicos, como destaca Schwartz (2014).

Os resultados deste trabalho trazem uma reflexão inicial, não obstante são necessários outros trabalhos com maior profundidade, que façam uma reflexão diante do panorama atual de critérios que são valorizados nas avaliações de programas de pós-graduação e editais de fomento à pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Franco et al. REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, v. 31, n. 1, p.41-56, set. 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/4013/401338540004.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D.S.. PRODUÇÃO CIENTÍFICO-ACADÊMICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO BRASIL. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 27-40, jun., 2014.

ANALYTICS, Clarivate. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics 2018.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2018.

BOSI, Antônio de Pádua. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL NESSES ÚLTIMOS 25 ANOS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p.1503-1523, dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302007000400012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acessado em: 07 nov. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 9235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9235.htm>. Acesso em: 03 maio 2018.

BRASIL. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de Área : Área 21 - Educação**

Física. 2016. Disponível em:
<http://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/21_efis_docar_ea_2016.pdf>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. Documento final do Encontro Nacional da Rede CEDES. 2014. Disponível em: <<http://vitormarinho.ufsc.br/jspui/bitstream/123456789/475/1/Documento%20Final%20do%20Encontro%20Anual%20da%20Rede%20Cedes%20-%202014.pdf>>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Objetivos da Rede CEDES. [2014]. Disponível em:** <<http://portal.esporte.gov.br/sndel/esporteLazer/cedes/objetivos.jsp>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Esporte. **REDE CEDES.** 2013. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/esporte-educacao-lazer-e-inclusao-social/rede-cedes/rede-cedes>> Acesso em: 01 jul. 2018.

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade pública sob nova perspectiva: 23ª Reunião Anual da ANPEd.** Caxambu, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. A universidade operacional. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 09 maio 1999. Caderno Mais, p. 1-7. Disponível em: <http://caf.fflch.usp.br/sites/caf.fflch.usp.br/files/arquivos/A_Universidade_Operacional.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2017

CNPQ. Censo 2016. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.** 2016. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-titulacao-e-regiao>>. Acessado em: 19 jun. 2018.

CORRÊA, M. R. D.; et. al.. A produção do conhecimento em Educação Física e suas subáreas: um panorama a partir de periódicos nacionais da área. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde.* 2017, v. 22, n. 3, p. 261 – 269.

CORREIA, A. E. G. C.; ALVARENGA, L.; GARCIA, J. C. R.. Atividades administrativas e produção científica dos docentes: reflexos em Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Física. *Perspectivas em Ciência da Informação,* v. 19, n. 3, p. 98 – 117 set. 2014

FERRARI, Rodrigo Duarte; PIRES, Giovani de Lorenzi. **Cultura colaborativa e gestão do conhecimento em esporte e lazer**. Motriz, Rio Claro, v. 19, n. 2, p. 288-297, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/motriz/v19n2/06.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2018.

GOMES, L., CHRISTIANNE; MELO., A., VICTOR. **Lazer no Brasil: trajetórias de estudos, possibilidades de pesquisas**. **Movimento**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23 - 44, jan. 2003. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/2661/1294>>. Acesso em 05 jun. 2018.

HOPKINS, W. G. Journal Impact Factors in Sports and Exercise Science, 1999-2000. **SPORTSCIENCE**, v.5, n. 3. 2001. Disponível em: <sports.org/jour/0103/wgh.htm>. Acesso em: 17 jul. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 24/05/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2004**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 17/07/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1994**. Brasília: Inep, 1995. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 17/07/2018.

KAWAGUTI, C. N. Análise dos projetos financiados pela Rede CEDES. In: SCHWARTZ, G. M. (org.). **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer: Balanço da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

KOKUBUN, E. PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: INDICADORES OBJETIVOS DOS DESAFIOS E DAS PERSPECTIVAS. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 24, n. 2, p.9-26, jan. 2003. Disponível em: <<http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/356>>. Acesso em: 02 jun. de 2018.

KUNZ, Elenor. PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: O FENÔMENO DA HIPERPRODUTIVIDADE E FORMAÇÃO CULTURAL. **Revista Kinesis**, Santa Maria, v. 30, n. 1, jun., 2012.

Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/5717/3403>> Acesso 11 jun. 2018.

MANOEL, Edison de Jesus; CARVALHO, Yara Maria de. **Pós Graduação na Educação Física Brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica**. São Paulo, v. 37, n. 2, p. 389-406, mai. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000200012&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em 30 maio 2018.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M.. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, 7ª edição, 2010.

MENEGUEL, S. M.; et. al.. PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS DE INSTITUIÇÕES EMERGENTES. **Atos de Pesquisa em Educação – PPGE/ ME FURB**, v. 2, n. 3, p. 444 – 460, dez. 2007.

MONDINI, Vanessa EdyDagnoni; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. **Entendendo a classificação das IES no Brasil**. Disponível em:

<<http://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97136/>

VanessaEdyDagnoniMondini.doc?sequence=1.>. Acesso em: 03/ mai. 2018.

RODRIGUES, Anegleyce Teodoro. **A universidade como instituição social de formação e como organização administrada: confronto de sentidos nas reformas acadêmicas do ensino de graduação da Universidade Federal de Goiás entre 1983 e 2002**. 2011. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011. Disponível em:<<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1081>>. Acesso em: 25 out. 2017.

ROSA, A. R. "Nós e os índices" – um outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. *Rev. Adm. Empres.*, São Paulo, v. 48, n. 4, Oct./Dec. 2008. Disponível

em: . Acesso em: 17 jul. 2018.

SACARDO, Michele Silva; SILVA, Janaína Walquíria Brito; SOUZA, Laylianne Torres Fernandes. Corpo e educação física: indicadores de produção científica. *Filosofia e Educação*, v. 5, n. 2, p. 241-263. out. 2013.

SCHWARTZ, Gisele; et.al. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER E GESTÃO DA INFORMAÇÃO**: incidência da REDE CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. *Motrivivência*, v. 26, n. 42, p.89. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2014v26n42p86>>. Acesso em: 15 maio 2018.

SOUSA, W., et.al. ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS DE PESQUISADORES DO ESTADO DE GOIÁS CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DO LAZER, 3., 2018, Campo Grande. **Anais do III Congresso Brasileiros de Estudos do Lazer**. Campo Grande: Congresso Brasileiro de Estudos do Lazer, 2018. 96 p. Disponível em: <<https://iicbel.ufms.br/files/2017/10/Anais-CBEL.pdf>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

SOUSA, W.; SILVA, R.H.S.; SILVA, T.. **O Estado da Arte em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. 2013**. In: ANAIS DO XVIII CONBRACE, 2013, Brasília, DF. Disponível em: <http://cbce.tempsite.ws/congressos/index.php/conbrace2013/5conice/paper/view/55_45/2472>. Acesso em: 20/05/2018.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; et.al. **E assim criou-se a rede**: aspectos técnicos, políticos e epistemológicos envolvidos na criação e desenvolvimento da rede CEDES. *Porto Alegre*, v. 20, n.1, p. 33-58, mar. 2014. Disponível em:<<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/29837>>. Acesso em 05 jun. 2018.

TAVARES, Giselle. HISTÓRICO E MUDANÇAS POLÍTICAS DA REDE CEDES. In.: SCHWARTZ, G. M. (org.). **Gestão da Informação sobre esporte recreativo e lazer**: Balanço da Rede CEDES. Várzea Paulista: Fontoura, 2010.

TEODORO, A.P.E.G., GASPAR, D.J.. IMPACTO CIENTÍFICO DAS PESQUISAS FINANCIADAS PELA REDE CEDES. In: SCHWARTZ, Gisele Maria et.al. **Gestão da Informação sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Impactos social e científico da Rede CEDES**. Várzea Paulista: Editora Fontoura, 2015. p.69-98.

APÊNDICE A – Linhas de Pesquisa de acordo com os Currículos dos Professores/Pesquisadores

Código do Trabalho		Linha de Pesquisa
GO.0002.ALT.001	UNB	Políticas Públicas para Esporte e Lazer; Políticas Públicas para o Meio Ambiente; Práticas Corporais, Rituais e Processo de Cura; Práticas Corporais e Gênero
GO.0002.ALT.002	UNB	Políticas Públicas de Esporte e Lazer; História, Indivíduo e Sociedade
GO.0002.ALT.003	UNB	Políticas de Esporte e Lazer; Educação Física, Formação e Trabalho
GO.0002.ALT.004	UNB	Cineantropometria; Medida e Avaliação do Desempenho Humano; Pesquisa Aplicada - Composição Corporal, Somatotipia, Teste de Capacidade Física
GO.0002.ALT.005	UNB	Gestão Pública e Privada da Educação Física, Esporte e Lazer; Atividade Física e Deficiência Mental; Esporte de Aventura e Lazer
GO.0002.ALT.006	UNB	Políticas Públicas em Educação Física, Esporte e Lazer
Código do Trabalho		Linha de Pesquisa
GO.0047.GYN.007	UEG	Qualidade de Vida e Saúde
GO.0047.GYN.008	UEG	Prática Pedagógica, Currículo, Formação de Professores, Políticas Públicas
GO.0047.GYN.009	UEG	Etnopolítica e Processos de Exclusão Social
GO.0047.GYN.010	UEG	Sociologia do Trabalho; Sociologia do Ciberesaço; Infância, jogos e brincadeiras

GO.0047.GYN. 011	UEG	Formação de Professores, Educação Física Escolar, ; Esporte; Lazer; Políticas Públicas.
GO.0047.GYN. 012	UEG	Formação de Professores, Políticas Educacionais; Políticas de Esporte e Lazer;
GO.0047.GYN. 013	UEG	Educação Física como adaptada, gestão de eventos esportivos e de lazer, voleibol, basquetebol e recreação.
GO.0322.GYN. 014	UNIP	Voleibol
GO.0384.ANA. 015	UNIEVANGÉLIC A	Políticas públicas de esporte e lazer, Processo de Envelhecimento, Fisiologia do Exercício, Cardiopatas, Epilepsia, Ansiedade, Exercício e qualidade de vida
GO.0584.GYN. 016	UFG	Sexualidade e Gênero
GO.0584.GYN. 017	UFG	Formação Profissional e Produção de Conhecimento; Corpo Cultura Contemporânea e Diferenças
GO.0584.GYN. 018	UFG	Formação de professores de Educação Física, o Esporte e o Lazer
GO.0584.GYN. 019	UFG	Pedagogia do Esporte; Formação Profissional; Educação Física Escolar
GO.0584.GYN. 020	UFG	Educação Física Escolar; Práticas Corporais de Aventura
GO.0584.GYN. 021	UFG	Educação Física, trabalho e formação
GO.0584.GYN. 022	UFG	Capoeira, Educação física, Educação, Cultura e Relações Interétnicas.
GO.0584.GYN. 023	UFG	Formação de Professores
GO.0584.GYN. 024	UFG	Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer
GO.0584.CAT. 025	UFG	Currículo e Formação de Professores; Metodologia do Ensino da Educação Física Escolar; Educação e Teoria Crítica da Escola de Frankfurt; Corpo e Sexualidade;

		Formação Cultural; Industria Cultural e Teoria Estética; Experiência Estética e Artes Integradas
GO.0584.CAT.026	UFG	-
GO.0584.JAT.027	UFG	Educação Física escolar, Esporte escolar, Políticas de Lazer e recreação.
GO.0584.JAT.028	UFG	Políticas Educacionais, Gestão e Formação de Professores
GO.0584.JAT.029	UFG	Corpo, Cultura e Ludicidade; Políticas Públicas de Esporte e Lazer
GO.0584.JAT.030	UFG	-
GO.1663.GYN.031	FARA	-

APÊNDICE B – Projetos de Pesquisa Concluídos/Andamento e Vínculo a Grupos de Pesquisa

código do trabalho (numerar de 1 até n)	Sigla da IES com Curso de Ed. Física que atua como docente	PROJETOS DE PESQUISA - Concluídos e em desenvolvimen to	VÍNCULO A GRUPO DE PESQUISA: Formação de grupos de pesquisa nas instituições onde atuam (número)
GO.0002.AL T. 001	UNB	11	4
GO.0002.AL T. 002	UNB	1	NC
GO.0002.AL T. 003	UNB	5	NC
GO.0002.AL T. 004	UNB	NC	NC
GO.0002.AL T. 005	UNB	3	1
GO.0002.AL T. 006	UNB	6	1
GO.0047.GY N. 007	UEG	NC	NC
GO.0047.GY N. 008	UEG	1	1

GO.0047.GY N. 009	UEG	1	1
GO.0047.GY N. 010	UEG	1	1
GO.0047.GY N. 011	UEG	1	1
GO.0047.GY N. 012	UEG	4	1
GO.0047.GY N. 013	UEG	1	NC
GO.0322.GY N. 014	UNIP	NC	NC
GO.0384.AN A. 015	UNIEVANGÉLI CA	NC	NC
GO.0584.GY N. 016	UFG	NC	NC
GO.0584.GY N. 017	UFG	20	1
GO.0584.GY N. 018	UFG	NC	NC
GO.0584.GY N. 019	UFG	NC	NC
GO.0584.GY N. 020	UFG	NC	1

GO.0584.GY N. 021	UFG	1	NC
GO.0584.GY N. 022	UFG	4	1
GO.0584.GY N. 023	UFG	2	NC
GO.0584.GY N. 024	UFG	2	1
GO.0584.CA T. 025	UFG	NC	NC
GO.0584.CA T. 026	UFG	NC	NC
GO.0584.JA T. 027	UFG	1	NC
GO.0584.JA T. 028	UFG	10	3
GO.0584.JA T. 029	UFG	NC	1
GO.0584.JA T. 030	UFG	1	1
GO.1663.GY N. 031	FARA	NC	1

APÊNDICE C – Participação e Organização de Eventos Científicos

Código do trabalho (numerar de 1 até n)	Sigla da IES com Curso de Ed. Física que atua como docente	Eventos científicos - participação	Eventos científicos - organização
GO.0002.ALT.001	UNB	4	3
GO.0002.ALT.002	UNB	21	2
GO.0002.ALT.003	UNB	15	2
GO.0002.ALT.004	UNB	NC	NC
GO.0002.ALT.005	UNB	49	10
GO.0002.ALT.006	UNB	28	4
GO.0047.GYN.007	UEG	NC	2
GO.0047.GYN.008	UEG	3	NC
GO.0047.GYN.009	UEG	NC	NC
GO.0047.GYN.010	UEG	NC	NC
GO.0047.GYN.011	UEG	4	NC
GO.0047.GYN.012	UEG	NC	3
GO.0047.GYN.013	UEG	1	NC

GO.0322.GYN.014	UNIP	NC	NC
GO.0384.ANA.015	UNIEVANGÉLIC A	1	NC
GO.0584.GYN.016	UFG	NC	NC
GO.0584.GYN.017	UFG	13	1
GO.0584.GYN.018	UFG	4	NC
GO.0584.GYN.019	UFG	NC	NC
GO.0584.GYN.020	UFG	2	NC
GO.0584.GYN.021	UFG	NC	NC
GO.0584.GYN.022	UFG	14	1
GO.0584.GYN.023	UFG	2	NC
GO.0584.GYN.024	UFG	28	5
GO.0584.CAT.025	UFG	1	NC
GO.0584.CAT.026	UFG	4	NC
GO.0584.JAT.027	UFG	5	NC
GO.0584.JAT.028	UFG	3	NC
GO.0584.JAT.029	UFG	5	2

GO.0584.JAT.030	UFG	3	NC
------------------------	------------	----------	-----------

GO.1663.GYN.031	FARA	3	1
------------------------	-------------	----------	----------

APÊNDICE D – Produção Bibliográfica

Código do trabalho (numerar de 1 até n)	Sigla da IES com Curso de Ed. Física que atua como docente	Artigos	Livros publicados/organizados ou edições	Capítulos de livros	Trabalhos Completos publicados em anais de congressos	Resumos Publicados em anais de congressos	Produção Bibliográfica Total
GO.0002. ALT.001	UNB	3	4	10	3	2	22
GO.0002. ALT.002	UNB	4	2	7	11	NC	24
GO.0002.	UNB	20	1	13	8	4	46

ALT.00 3							
GO.000 2. ALT.00 4	UNB	NC	NC	NC	NC	NC	NC
GO.000 2. ALT.00 5	UNB	4	NC	2	4	1	11
GO.000 2. ALT.00 6	UNB	16	1	9	3	5	34
GO.004 7. GYN.0 07	UEG	NC	NC	NC	NC	NC	NC
GO.004 7. GYN.0 08	UEG	NC	NC	NC	NC	NC	NC

GO.004 7. GYN.0 09	UEG	NC	NC	NC	NC	NC	NC
GO.004 7. GYN.0 10	UEG	NC	NC	NC	NC	NC	NC
GO.004 7.	UEG	NC	NC	NC	1	NC	1

GO.058 4. GYN.0 20	UFG	1	NC	1	NC	NC	2
GO.058 4. GYN.0 21	UFG	NC	NC	NC	NC	NC	NC

GO.058 4. GYN.0 22	UFG	1	2	2	0	0	5
GO.058 4. GYN.0 23	UFG	NC	NC	NC	1	NC	1
GO.058 4. GYN.0 24	UFG	NC	1	1	5	2	9
GO.058 4. CAT.02 5	UFG	NC	NC	NC	NC	NC	NC
GO.058 4. CAT.02 6	UFG	NC	NC	NC	NC	1	1
GO.058 4. JAT.02	UFG	NC	NC	NC	NC	3	3

